



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 416ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA QUATORZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E TREZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, às onze horas, realizou-se a quadringentésima décima sexta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), nas dependências do Auditório Lino Grützmacher, na sede da entidade, em Blumenau/SC, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, prefeito de Timbó, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos, convidando para compor a mesa de trabalho os prefeitos de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli; de Brusque, senhor Paulo Roberto Eccel; de Ascurra, senhor Moacir Polidoro; e Indaial, senhor Sérgio Almir dos Santos. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Discussão e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Presídio regional; 3 - Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável; 4 - Termo de Ajuste de Conduta na área de saneamento básico; 5 - Assuntos gerais: consórcios públicos; e-Sfinge. Em seguida o presidente apresentou o item um, confirmando-se o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, foi encaminhada para votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o presidente passou para os segundo item em pauta – presídio regional, sobre a qual externou a sensibilidade dos prefeitos do Médio Vale em relação a situação da segurança pública em Santa Catarina que atualmente convive com ataques que ameaçam a qualidade de vida dos cidadãos. O senhor Laércio falou da proposta do governo do Estado de construir na região um presídio regional para o qual está delegando aos prefeitos a responsabilidade de escolha da cidade e doação do terreno e, afirmou que, conforme discussão realizada com os prefeitos dos quatorze municípios associados à Ammvi, foi unânime o entendimento que no que tange a segurança pública, a discussão deve ser mais ampla do que a simples construção de um complexo penitenciário na região. Portanto, em caráter de andamento para discussões, os municípios se colocam como parceiros para a resolução do problema e são sensíveis à causa da segurança pública que compromete a vida dos cidadãos, especialmente da região do Médio Vale do Itajaí, e acordaram pela busca de uma força-tarefa para marcar uma audiência pública com o governador do Estado de Santa Catarina, senhor João Raimundo Colombo, para conhecer verdadeiramente a política pública de segurança que o Estado prevê para a região do Médio Vale. Essa decisão deve-se à amplitude da questão, uma vez que o governo do Estado é constitucionalmente o ente responsável pela construção da segurança pública e não cabe aos prefeitos tomar decisão sobre o local da construção de uma obra de tamanha envergadura, além de que os prefeitos pretendem primeiramente conhecer as políticas públicas do Estado para a questão da segurança pública no Médio Vale. Segundo o presidente, a partir dessas informações, os prefeitos, em parceria com o Estado, contribuirão para ações efetivas de segurança na região. De antemão, o presidente se propôs a pedir pessoalmente o apoio do presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, para o agendamento de uma audiência pública com o governador. Deliberou-se ainda que a Ammvi enviará correspondência ao governador solicitando audiência com os prefeitos. Findado este assunto,

44 passou-se para o terceiro assunto da ordem do dia – Revisão do Plano Diretor de
45 Desenvolvimento Sustentável – que foi explanado pelo secretário executivo da Ammvi, senhor
46 José Rafael Corrêa, o qual justificou ausência do arquiteto Richard Buchinski que, devido ao
47 falecimento de um parente, não pode se fazer presente à reunião. Após, o senhor Rafael
48 informou que a Ammvi fez contato com alguns profissionais que, em dois mil e seis, liderados
49 pela Associação elaboraram o plano diretor para oito municípios. Segundo o senhor Rafael, a
50 intenção é adotar esse mesmo método este ano, elaborando um cronograma de ações e
51 prazos determinados para cada etapa. O setor de Arquitetura, Engenharia e Planejamento
52 Urbano da Ammvi fez um levantamento prévio das prefeituras que têm interesse, pois alguns já
53 estão manifestando resposta. O secretário executivo da Ammvi apresentou ainda um
54 orçamento prévio para a revisão do plano diretor de oito municípios, cujo valor aproximado
55 ficou em R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais) Caso mais de oito municípios faça a
56 adesão, o valor não aumenta na mesma proporção, uma vez que custos com equipe e
57 equipamentos não são alterados, além de que parte do valor é custeado pela Associação. A
58 ideia, segundo o senhor Rafael, é iniciar os trabalhos em abril deste ano para entregar o
59 documento em março do próximo ano. No entanto, os prefeitos solicitaram que este prazo seja
60 reduzido o final do mês de outubro deste ano. Em seguida, fez-se o levantamento dos
61 municípios que têm interesse, os quais manifestaram favorável: Apiúna, Ascurra, Benedito
62 Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio. Os demais
63 deverão passar até o final do mês a aprovação ou não para que a Associação possa iniciar os
64 trabalhos. Na ocasião, o prefeito de Indaial, senhor Sérgio Almir dos Santos, pediu especial
65 atenção para o recuo dos rios, uma vez que o município já enfrenta problemas nessa área e as
66 diretrizes do novo Código Florestal influenciam no plano diretor. Segundo o prefeito é
67 necessário tomar uma postura única em todos os municípios por onde passa o mesmo rio, para
68 que sejam evitados acordos individuais com o Ministério Público. Dando prosseguimento,
69 passou-se para o quarto assunto em pauta - Termo de Ajuste de Conduta na área de
70 saneamento básico – abordado pelo diretor geral da Agência Intermunicipal de Regulação,
71 Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (Agir), senhor
72 Heinrich Luiz Pasold e pela assessora de Saneamento Básico da Ammvi, senhorita Fabiana de
73 Carvalho Rosa. O senhor Pasold fez uma retrospectiva do assunto, salientando que em dois
74 mil e dez alguns municípios da região assinaram um TAC formulado depois de uma série de
75 trabalhos feitos pelo promotor de justiça Luciano Trierweiler Naschenweng, em Florianópolis, e
76 chegou-se a conclusão de que seria viável assiná-lo. Atualmente, há necessidade de
77 mudanças no TAC em função de uma série de fatos que foram acontecendo no decorrer dos
78 últimos anos. Segundo o diretor geral da Agir, existe alguns prazos até dois mil e quinze para o
79 cumprimento de algumas ações, dos quais os municípios têm conhecimento, porém, nesse
80 período assumiu um outro promotor que mudou a metodologia de aferição dos prazos do
81 termo. Em seguida, a senhorita Fabiana comentou sobre a análise desse monitoramento,
82 entregando aos prefeitos um documento sobre os indicadores do estudo, a pontuação do
83 município referente aos indicadores e o gráfico da situação atual. Na ocasião, a senhorita
84 Fabiana apresentou uma visão geral do estudo proposto pela Universidade Regional de
85 Blumenau (Furb) para auxiliar o Ministério Público no acompanhamento dos TAC's para
86 verificar a utilidade dessas ferramentas, identificar as dificuldades enfrentadas pelos municípios



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 e verificar se há discrepância de ações entre aqueles que assinaram o termo e aqueles que
88 não o assinaram. Segundo ela, o estudo foi feito com base nas respostas enviadas pelos
89 municípios e, por isso, pode ter algum desencontro de informações caso o município tenha
90 realizado a ação e, por ventura, não tenha informado ao Ministério Público. Para exemplificar o
91 caso, a senhorita Fabiana apresentou a falta de dados sobre Guabiruba, o que não significa
92 que o município não tenha realizado ações a respeito. Este assunto será tratado na tarde do
93 dia quatorze de fevereiro, na Furb, para conhecer e compreender as dificuldades dos
94 municípios no cumprimento e atualização das informações do TAC, em evento onde devem
95 participar os técnicos municipais e assessores jurídicos/procuradores, os quais foram
96 convidados pela Ammvi por correio eletrônico e contato telefônico. Além disso, a senhorita
97 Fabiana ressaltou que a Ammvi tem dificuldade de monitorar o cumprimento dos TAC's
98 assinados pelos municípios e este estudo vai corroborar com este entrave. O prefeito de
99 Indaial, senhor Sérgio Almir dos Santos, sugeriu que a Ammvi realize reuniões mensais com os
100 técnicos dos municípios para acompanhar o assunto e monitorar as ações, pois o prefeito
101 considera que semestralmente pode dar morosidade ao processo. O senhor Pasold explicou
102 que, em meados de outubro do ano passado, o MP enviou correspondência aos prefeitos
103 solicitando manifestação sobre o relatório enviado pela Furb e, à época, a Ammvi encaminhou
104 resposta avisando que a documentação já havia sido enviada, como também sugeriu que o MP
105 através da Furb fizesse a formação dos técnicos nas prefeituras para poder atender aos
106 parâmetros colocados pela Furb, porque até então as respostas enviadas não estavam de
107 acordo com o exigido pelo MP, além de que este não tinha conhecimento da realidade dos
108 municípios e não abria espaço de diálogo para acordar a metodologia mais adequada. O
109 senhor Pasold alertou ainda aos prefeitos que este encontro na Furb é uma oportunidade para
110 orientar aos municípios sobre a forma de proceder e encaminhar as respostas ao MP. Além
111 disso, o senhor Pasold falou da necessidade de analisar os planos municipais de saneamento,
112 que devem estar de acordo com a lei federal e executados conforme rege o documento, cuja
113 cobrança será feita também pelo Ministério Público em função do TAC, por isso é necessária
114 uma revisão urgente dos planos de saneamento para verificar o comprometimento de valores
115 para evitar ações futuras contra o gestor municipal, independente se o serviço seja por
116 concessão ou administração indireta. O prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando
117 Tomaselli, fez uso da palavra informando que há dois anos o município elaborou o Plano
118 Municipal de Saneamento, o que não consta no documento com os indicadores entregue aos
119 prefeitos, por isso, recomendou que os gestores sejam alertados sobre isso para saberem se
120 os técnicos estão repassando as devidas informações. O secretário executivo da Ammvi
121 recomendou que seja passado aos prefeitos os nomes dos técnicos municipais que a entidade
122 mantém contato, a fim de saber se houve alguma modificação e seja feita cobrança das
123 pessoas certas. O senhor Pasold alertou ainda que é fundamental a participação comprometida
124 do departamento jurídico das prefeituras, uma vez que os termos envolvem saneamento
125 básico, vigilância sanitária e recursos humanos. Em seguida, o advogado falou da ação civil
126 pública promovida pelo promotor Brandão, de Blumenau, que foi julgado recurso interposto na
127 região, em que foi pedido através da Procuradoria de Blumenau incompetência do juizado
128 federal de Blumenau, onde a Justiça Federal sinalizou que é competente à circunscrição
129 judiciária federal de Blumenau, uma vez que a maioria dos municípios está situada na região



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 de abrangência deles, cerca de cinquenta e oito municípios da Bacia do Rio Itajaí, totalizando
131 dois bilhões de reais do valor de causa. Alguns municípios já contestaram e apresentaram os
132 argumentos, passado agora para a fase de apresentação de provas. O senhor Pasold falou
133 ainda que se conseguiu uma significativa vitória, pois a Justiça Federal determinou a citação da
134 Casan, Fatma, Ibama e mais um órgão para integrar como réus na ação instituída, sendo
135 corresponsáveis. Como encaminhamento desse assunto, tem-se a promoção de reuniões
136 mensais de acompanhamento, revisão do banco de dados, agendamento de reunião com o
137 promotor de justiça e cobrança da Agir nas ações das concessionárias de esgotamento
138 sanitária dos municípios. Sobre o mesmo assunto, o prefeito de Botuverá, José Luiz Colombi,
139 sugeriu incluir assuntos relacionados ao meio ambiente nas próximas reuniões desse grupo de
140 trabalho. Em seguida, o prefeito de Brusque, senhor Paulo Roberto Eccel, sugeriu que nas
141 próximas assembleias ou no final de cada mês, sejam entregues aos prefeitos um relatório de
142 participação dos servidores públicos nas reuniões dos colegiados, a fim de subsidiar os
143 prefeitos na cobrança de participação e multiplicação dos assuntos debatidos. Após findado
144 este item, passou-se para assuntos gerais, explanado pelo senhor Rafael que, primeiramente,
145 falou do e-Sfinge – informações enviadas pelas prefeituras ao Tribunal de Contas de Santa
146 Catarina a cada bimestre – que está havendo mudanças no envio dos dados, uma vez que
147 será exigido assinatura digital (do contador e do gestor) em balancete a cada remessa
148 bimestral, bem como assinatura digital do responsável pela remessa das informações (controle
149 interno). Porém, o secretário alertou que atualmente há um gargalo no envio dos dados, pois o
150 próprio sistema do TCE não está recepcionado as informações, o que está sendo discutido
151 com os técnicos do Tribunal para avançar na questão e diminuir as dificuldades. Sobre o
152 balanço patrimonial, bem como a prestação de conta anual, o senhor Rafael informou que a
153 data para o envio do documento, referente o exercício anterior, é até o dia vinte e oito de
154 fevereiro, em meio documental, sendo que a Corte catarinense também vai exigir que o
155 Balanço também tenha assinatura digital, procedimento ainda sem data definida. Demais
156 orientações a respeito serão repassadas na reunião dos colegiados de Contadores Públicos e
157 Controladores Internos Municipais a realizar-se no dia dezanove de fevereiro, cuja participação
158 dos técnicos é imprescindível. O secretário executivo repassou ainda que outra questão que
159 merece atenção é a destinação de recursos. No dia a dia este assunto está mais complicado
160 porque cada valor tem uma fonte de recurso separada e só pode ser gasto na respectiva
161 vinculação, o que está gerando uma série de dificuldades e é necessário que os secretários de
162 finanças, controladores internos, tesoureiros, participem da discussão sobre o assunto.
163 Segundo ele, será criado um grupo de estudos sobre o Novo Plano, que entra obrigatoriamente
164 em vigor a partir de 2014, e exige uma série de mudanças de procedimentos para os
165 municípios. Feitos os esclarecimentos sobre o e-Sfinge, passou-se para outro ponto: consórcios
166 públicos. Neste, o secretário executivo informou que o TCE neste ano vai aumentar a cobrança
167 sobre estes entes e, portanto, os presidentes dos consórcios deverão entregar o balanço anual,
168 e-Sfinge do bimestre e demais obrigações. Esgotado este assunto, o prefeito de Rodeio,
169 senhor Paulo Roberto Weiss, sugeriu para a próxima assembleia discussão sobre o fundo
170 próprio de previdência social para verificar se será feito um estudo a respeito e buscar
171 alternativas que não impactem na folha de pagamento. Em resposta, o senhor Rafael disse que
172 já conversou com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Associação dos Institutos



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 Municipais de Previdência e Assistência do Estado de Santa Catarina (Assimpasc) e a
174 empresa que apresentou proposta ao município de Rodeio e, para orientar os municípios, está
175 programando um evento no mês de março para apresentação das diretrizes legais, das
176 exigências do Ministério da Previdência e das práticas existentes. Os prefeitos serão
177 comunicados sobre o evento. Em seguida, o presidente da Ammvi lembrou aos prefeitos que
178 de vinte e cinco a vinte e sete de fevereiro realizar-se-á a décima primeira edição do
179 Congresso Catarinense de Municípios, em Florianópolis, cuja participação dos prefeitos é de
180 grande relevância. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Ammvi agradeceu a presença
181 de todos e declarou encerrados os trabalhos da assembleia, da qual se lavrou a presente ata.

Laércio Demerval Schuster Junior
Presidente

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

182